

Comunidades participam do orçamento em São Gabriel

O município adotará o "modo petista de governar", sucesso em outras cidades do País

Márcio Silva



Amilton Gadelha: uso de dinheiro de acordo com os moradores

Eliezer Raposo

O filósofo Amilton Gadelha será o primeiro petista a administrar uma cidade do Amazonas. Eleito prefeito de São Gabriel da Cachoeira (a 320 quilômetros de Manaus) - 35 mil habitantes na cidade -, Gadelha se prepara para implantar o "modo petista de governar". Isso significa a implantação do orçamento participativo e a criação de conselhos comunitários, principalmente nas áreas de saúde e educação, com atenção especial à infância e adolescência.

Uma das primeiras ações do novo prefeito que assume no dia 1º de janeiro, será convocar a comunidade do município para discutir a aplicabilidade dos recursos do orçamento para 1997. Gadelha explica que a receita mensal do município gira em torno de R\$ 400 mil, mas a prefeitura tem uma dívida estimada em R\$ 500 mil com o comércio local. Também está em débito com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o que poderá deixar São Gabriel da Cachoeira sem receber os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, a prefeitura está em débito ainda com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo Amilton, a atual administração municipal deixou de apresentar o balancete dos últimos meses.

Nos planos de Amilton Gadelha, está a realização de uma auditoria para saber a situação econômica da prefeitura. "Preciso saber o que a prefeitura deve para poder usar os recursos de acordo com as necessidades da população", destaca ele, revelando ainda a necessidade de defesa dos povos indígenas.

São Gabriel da Cachoeira é um município onde cerca de 90% da população é indígena. O município comporta aproximadamente 20 grupos indígenas de etnias diferentes. Os projetos serão desenvolvidos em conjunto com a Igreja, a Universidade do Amazonas e a Escola Agrícola. Na defesa da causa indígena, Gadelha acredita que deve existir preocupação do Estado, na questão de demarcação das terras indígenas.

Ele contesta a afirmação dos candidatos das coligações Ação e Trabalho (PL e PMDB) e Aliança do Povo (PPB, PMN e PFL), que acusam irregularidades nas eleições realizadas no Distrito de Yauaretê. As duas coligações pedem a anulação das eleições no Distrito. O processo está tramitando no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas a procuradora regional eleitoral, Ana Borges já deu parecer contrário. Ela alega que o pedido de anulação foi feito fora do prazo, além de ter dado entrada diretamente no TRE, quando o processo deveria ser encaminhado ao juiz eleitoral do município. O pedido de anulação só foi apresentado dois dias depois das eleições.

Redivisão - Amilton Gadelha revela que, em princípio, é favorável ao processo de redivisão do Amazonas, com a criação do Território do Alto Rio Negro, tendo como capital São Gabriel da Cachoeira. Ele aponta entretanto, algumas questões que precisam ser esclarecidas antes de se proceder a redivisão do Estado. Uma delas diz respeito à demarcação das terras indígenas. A região do Alto Rio Negro é uma das áreas em que a Funai tenta garantir o direito de demarcação das terras indígenas. Outra preocupação é quanto à evidência de que a criação de um novo território pode transformar a prefeitura em cabide de emprego.

Na criação de um novo território, deverão ser criados também cargos para auxiliar na administração, bem como Câmaras Municipais e todos os cargos para viabilizar seu funcionamento. Amilton Gadelha questiona também o fato de que os administradores serão nomeados pelo governo Federal, sem que a comunidade seja ouvida.

Em sua opinião, o pano de fundo de toda essa questão de criação de novos territórios, está o projeto Calha Norte. O projeto foi criado com a intenção de promover a vigilância das fronteiras da região, mas foi desativado pela falta de interesse político. Amilton Gadelha acredita que, se o fato é para trazer recursos para a região, esses recursos poderão ser obtidos com a reativação do projeto Calha Norte.

Amazonas pode assumir plebiscito

A realização de plebiscito para saber a opinião dos eleitores sobre o desmembramento de áreas do Amazonas para a instalação dos territórios federais do Alto Solimões e do Rio Negro "não tem implicações com o aumento ou diminuição de receitas ou despesas públicas da União". É o que diz o voto do deputado federal Augusto Viveiros (PFL/PI), relator, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal, do projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo deputado federal Euler Ribeiro (PFL/AM), que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação das duas novas unidades federativas.

Viveiros cita jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para embasar a afirmativa: "O TSE, através da Resolução nº 13.611, de 9 de abril de 1987, entende que é pacífica a jurisprudência..., no sentido de que plebiscito não é matéria eleitoral e, em consequência, as despesas com a sua realização deverão ser custeadas pelos Estados envolvidos".

A Comissão de Finanças e Tributação cabia o exame do projeto quanto à sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Viveiros considerou que o "Plano Plurianual para o quadriênio 1996/99 não trata da realização do plebiscito e as Leis de Diretrizes Orçamentárias para este ano e para o ano que vem não fazem restrições à proposta de Euler.

No voto, Viveiros informa que, "quanto ao orçamento anual, não há previsão de recursos específicos para a realização do plebiscito na programação do TSE nem do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM) para este ano". No final do relatório ele considera que "a matéria, portanto, não tem implicações com o aumento ou diminuição de receitas ou despesas da União", e que, por isso, de acordo com norma interna da Câmara, "não se examina a adequação financeira e orçamentária do citado projeto". Euler disse que o plebiscito é quase uma unanimidade.